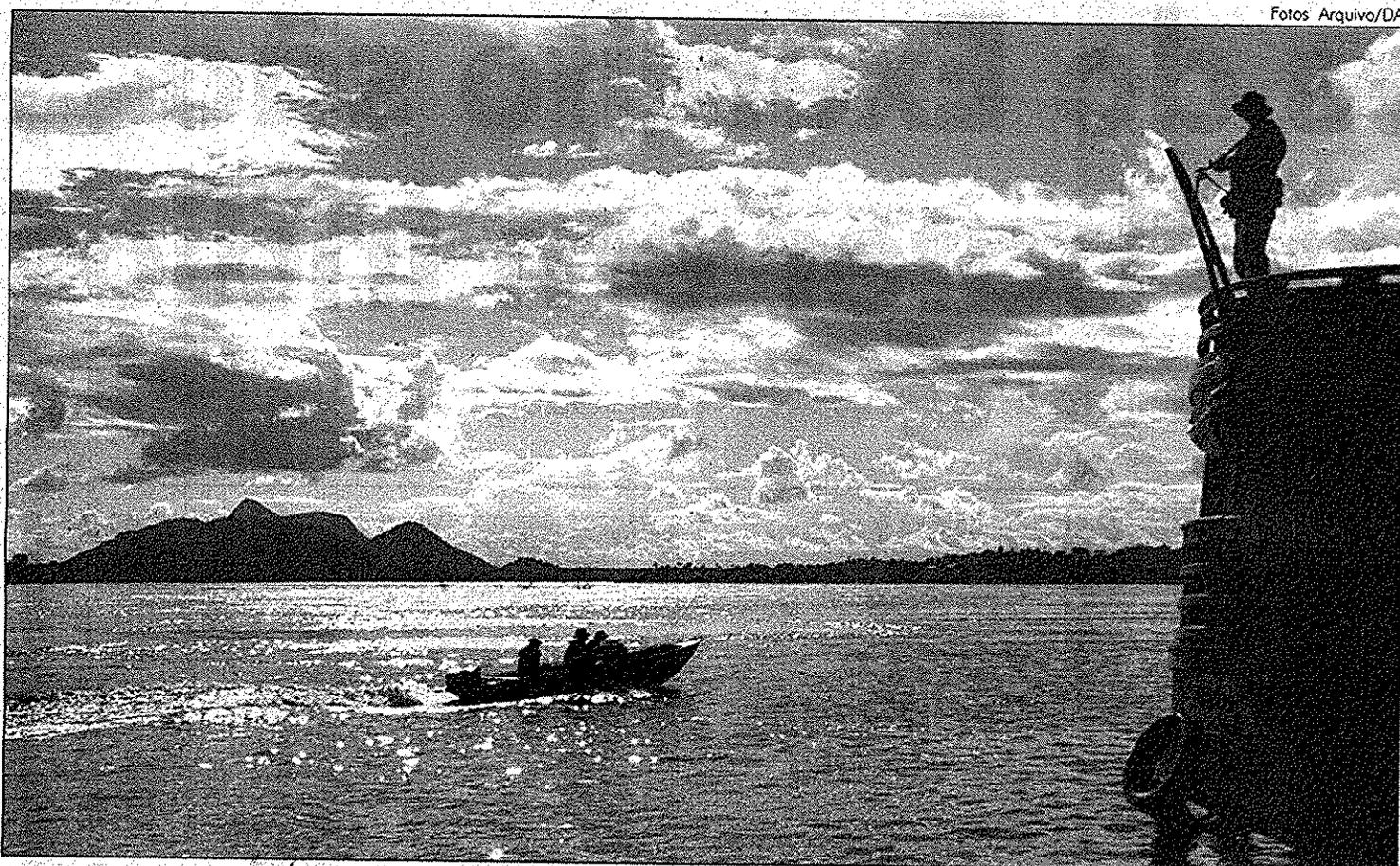


# Militares do Exército são acusados de agredir índios

► Fato teria ocorrido em Pari-Cachoeira, no Alto Rio Negro



Fotos Arquivo/DA

ATRITO - Exército guarda fronteiras da "Cabeça do Cachorro", que concentra muitas nações indígenas

Márcio Noronha  
 Da Redação

O Ministério Público Federal está investigando uma denúncia de agressão e tortura de um grupo de militares do Exército contra dois índios em Pari-Cachoeira, comunidade indígena próxima a São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro. Segundo a Coordenadora das Organizações Indígenas do Rio Tiquié, Baixo Rio Uaupés e Afluentes (Coitua), filiada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foim), um grupo de militares do 6º Pelotão de Fronteira de Pari-Cachoeira, na fronteira do Brasil com a Colômbia, espancou e ofendeu verbalmente dois jovens das etnias Dessana e Tukano, no dia 18 do mês passado. O fato teria acontecido um dia depois da assinatura da portaria do Ministério da Defesa que define as diretrizes de relacionamento entre as forças armadas e comunidades indígenas. Comandantes do Exército naquela região não comentam o fato, mas garantem que já abriram investigações para apurar as denúncias.

A região, conhecida como

"Cabeça do Cachorro", concentra uma grande população indígena, de várias etnias. Por ser uma área fronteiriça, também é grande a quantidade de militares. Há algumas décadas os atritos entre militares e indígenas eram constantes, mas haviam cessado nos últimos anos.

Jailson Costa Lana, da etnia Dessana, e Alberto Caldas Sampaio, da etnia

**Segundo os dois jovens, os militares estavam armados e aparentavam embriaguez**

Tukano, participavam de uma partida de futebol na comunidade indígena de Pari-Cachoeira, quando teriam sido surpreendidos por um grupo de militares armados e aparentando embriaguez.

Após invadir a quadra de esportes, seis soldados e um sargento teriam obrigado os jovens a entrar em um caminho do Exército. Os dois teriam sido levados a um local

próximo ao quartel do 6º Pelotão de Fronteira. Durante o trajeto, os índios teriam levado socos e chutes, e ouvido ameaças.

Em uma estrada, eles foram obrigados a descer. Neste local, as agressões teriam continuado, com mais socos, pontapés, e surras com varas. Eles também teriam sido ofendidos com frases racistas como: "Vocês são índios. Não valem nada e merecem morrer. Mostrem agora que vocês são valentes agora", dizem os índios.

Jailson e Alberto fugiram através do mato e denunciaram a agressão a Coitua no dia seguinte. Na última terça-feira, a Foim apresentou representação ao Ministério Público Federal, para que o caso seja apurado e investigado. Junto à representação, foi entregue um laudo do exame de corpo de delito dos jovens. O comando militar do Alto Rio Negro informou que abriu sindicância interna para avaliar o caso. Se as denúncias forem comprovadas, os militares envolvidos podem até ser expulsos da força. Os nomes e as patentes dos militares não foram revelados.

## Ministério da Defesa criou normas para a convivência

A portaria 983 do Ministério da Defesa, promulgada no dia 17 de outubro estabelece que as três Forças devem "primariamente estabelecer normas próprias de convivência, com vistas a orientar a conduta de militares ao tratar com os povos indígenas, considerando as peculiaridades de cada grupo indígena, incluindo orientações dirigidas a unidades militares localizadas dentro ou próximas de terras indígenas, que deverão constar dos programas de instrução e adestramento dos comandos subordinados".

A norma prevê ainda que se promova estudos e medidas necessárias para a minimização do impacto sócio-ambiental nas comunidades indígenas, por ocasião da instalação ou transferência de unidades militares, bem como realização de obras ou serviços técnicos em terras indígenas.